



**Bloco de Esquerda**  
Grupo Parlamentar

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES	
Comissão da Economia, Inovação e Obras Públicas	
CEIOP	
N.º Único	564702
Entrada/Saída n.º	515
Data	16/12/2016

Exmo. Senhor Presidente  
da Comissão Parlamentar de  
Economia, Inovação e Obras Públicas  
Deputado Hélder Amaral

S. Bento, 16 de dezembro de 2016

**Assunto:** Audição urgente do Ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral

Chegou ao conhecimento deste Grupo Parlamentar, na sequência de uma recente audiência com o Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações (SNTCT), que o serviço postal universal e as condições de atividade laboral nos CTT se encontram em degradação acelerada, especialmente no decurso deste ano de 2016.

Esta degradação tem conduzido ao incumprimento das bases de concessão do serviço postal universal, aprovadas pelo DL n.º 448/99, de 4 de novembro, assim como do Convénio de Qualidade do serviço postal universal, traduzindo-se numa evolução negativa dos principais indicadores de qualidade na prestação do serviço público postal.

No capítulo das relações laborais da empresa, a situação ainda será mais negativa e preocupante. Desde o final do ano de 2015, que a Administração dos CTT tem vindo a pressionar os trabalhadores para as chamadas “rescisões contratuais”, as quais, sob a capa de “voluntárias”, escondem pressões inaceitáveis para que os trabalhadores em causa aceitem como inevitável a “rescisão contratual”. Cerca de uma centena de trabalhadores enfrentam esta situação de “*bulling*” laboral, a todos os títulos inaceitável, especialmente porque contrasta com a referência duma empresa privatizada, apresentando indicadores de elevada rentabilidade.

Em resultado da redução drástica e generalizada dos padrões admissíveis de distribuição do correio postal em todo o território, chegam-nos relatos, através das organizações

representativas dos trabalhadores, que está em franca aceleração a degradação do grau de cobertura do correio postal, registando-se, por exemplo, ao longo do mês de novembro de 2016, várias dezenas de Centros de Distribuição Postal (CDP) onde, a distribuição postal ocorreu apenas uma vez por semana (região Norte, Centro, Lisboa, Sul e Açores), outras dezenas de CDP onde os trabalhadores são forçados a fazer giros em dobra (generalizado a todo o país), e mais de três centenas de CDP onde a distribuição postal está agenciada a empresas exteriores aos CTT.

Tais situações, para além da violação do Convénio de Qualidade do serviço postal universal, configuram igualmente um claro incumprimento do Caderno de Encargos do processo de privatização, bem como dos direitos dos trabalhadores, impondo processos de sobre-exploração do trabalho, conduzindo a situações de esgotamento físico e psicológico dos trabalhadores, para além do aumento dos ritmos de trabalho, ampliação da carga horária, redução do rendimento através da retirada de subsídios e degradação, em geral, das condições de trabalho.

Acresce a tudo isto o facto de, desde o passado dia 18 de março de 2016, o Banco CTT ter iniciado funções, quase dois anos e meio depois do Banco de Portugal ter emitido, a 27 de novembro de 2013, autorização para a sua criação, pelo período de um ano. Tal não aconteceu. Só a 24 de agosto de 2015 o banco foi criado, e 6 meses depois é que iniciou funções. E esse início significou, em regra, uma sobrecarga de trabalho para os trabalhadores, em condições de evidente precariedade e de possível ilegalidade, pois os chamados “balcões” do banco funcionam integrados nas Estações de Correio e recorrendo aos próprios trabalhadores dos CTT. É este conjunto de situações que importa esclarecer.

*Assim, face ao exposto, e ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, com carácter de urgência, a audição do Ministro da Economia Manuel Caldeira Cabral, pelo que solicita a V. Ex<sup>a</sup> a diligência necessária para esse efeito.*

Os Deputados do Bloco de Esquerda,

Heitor de Sousa e Paulino Ascensão